
MINORIAS E DEFESA NACIONAL

O presente artigo constitui um excerto do trabalho monográfico individual elaborado pela autora, na qualidade de Auditora do Curso de Defesa Nacional (CDN/95) e seleccionado para publicação na revista «Nação e Defesa».

Sumário:

Na parte aqui publicada, salienta-se:

- A dificuldade em tratar de um tema tão complexo como é o das *Minorias* de per si, a qual agravada ainda pela necessidade de, dada a natureza do curso, o articular com a Defesa Nacional dos países onde as mesmas se situam;
- A obrigatoriedade de, ao tratá-lo, falar de *Memória Colectiva* dos povos, preservadora das respectivas identidades culturais – que os unem tanto na união temporal efectiva quanto em episódicas e sempre indesejadas interrupções relacionais – bem como do não menos complexo tema da *Emicidade*, principal gerador de grupos minoritários;
- A impossibilidade de, com um mínimo de credibilidade, se falar da actual situação interna do nosso País sem que se proceda a uma verdadeira pesquisa antropológica e sociológica no terreno acerca das minorias territorialmente existentes;
- A discriminação a que todas elas estão sujeitas face ao grupo socialmente dominante e aos principais métodos desta prática (aniquilamento, expulsão e segregação);
- As reacções minoritárias mais comuns (aculturação, auto-segregação, separatismo e criação de organizações);
- A também possível integração das mesmas como membros de pleno direito na sociedade maior e as respectivas práticas (assimilação, amalgamação, pluralismo cultural e integração);
- A génese das minorias e o verdadeiro significado do termo;
- Alguns exemplos de grupos minoritários formados (ou ressurgidos) nos últimos tempos, tanto na África «negra» quanto na «branca» Europa e a sua dinâmica no terreno.

Idalina Correia de Melo

MINORIAS E DEFESA NACIONAL

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Falar de minorias não constitui, em especial nos conturbados dias da história da humanidade que nos cabe viver, propriamente uma tarefa fácil para ninguém, por mais profundo que a sua curiosidade o tenha conduzido no estudo do funcionamento e da dinâmica natural das mesmas. E isto ocorre sobretudo pela simples razão de que uma boa parte dos agrupamentos humanos que desde há muito vivem em situação minoritária espalhados pelos cinco continentes – expressão que, ao contrário do que à primeira vista possa dar a entender, por vezes pouca ou nenhuma relação possui, como veremos mais adiante, com o respectivo número dos seus componentes – parecem ter despertado de um longo torpor que os mantinha mais ou menos silenciosos para, de um momento para o outro (pelo menos é esta a ideia com que se fica numa visão superficial dos acontecimentos) arvorarem as bandeiras de velhos nacionalismos (etnonacionalismos, sobretudo) forçosamente adormecidos sob o poderoso e firme jugo de alguns ditadores, os únicos capazes de – a História recente assim o confirma – formarem nações aparentemente unidas onde antes apenas havia o mosaico étnico das diferenças que, quer se queira ou não, desde sempre separam os povos.

E nisto reside, quanto a nós, a principal razão para afirmarmos que tratar do tema «minorias» sob a óptica da íntima relação que mantêm com a defesa nacional dos países onde se situam (e não só) não constitui, por sua vez, tarefa mais fácil, muito menos para «caloiros» na matéria como nós.

Acontece, porém, que as exigências curriculares do Curso de Auditores de Defesa Nacional estipulam – e muito bem – a necessidade da elaboração de um trabalho final (de que o presente artigo constitui, apenas, e como salientámos no «Sumário», um pequeno excerto) tendo sido este o assunto que, na nossa condição de praticantes da Antropologia, nos despertou maior interesse de entre os vários sugeridos pelo próprio Instituto da Defesa Nacional. Isto não

por que nos tenhamos dedicado, até agora, ao estudo particular e aprofundado de qualquer minoria – fizemos parte de um grupo de investigadores do Museu de Etnologia que desenvolveu, durante alguns meses no terreno, um projecto de estudo da mulher cabo-verdeana no nosso País, mas que foi interrompido por motivos que não vêm aqui ao caso – ou mesmo às generalidades inerentes à situação actual dos grupos minoritários no mundo, mas sim pelo muito que as mesmas têm a ver com as questões da Cultura (a identidade cultural é uma das suas principais características) o que as coloca, automaticamente, no âmbito da ciência antropológica.

Na verdade, falar de minorias significa também falar da memória colectiva dos povos, sob a qual repousa, mais do que em qualquer outro caso, a preservação da sua identidade cultural. É, ao fim e ao cabo, a existência e a densidade de um património cultural comum – as «raízes» – que asseguram às unidades humanas dispersas por meios ambientes muito diversificados uma coesão de comportamentos, de crenças, de valores, de modos de expressão e de vida, mesmo quando as relações intergrupais são episódicas ou até interrompidas durante longo períodos.

Mas falar de minorias é, também e ainda, tratar do complexo tema da etnicidade, seu principal gerador, e ter oportunidade de abordar um dos elementos essenciais da política nacional e internacional dos nossos dias, qualquer que seja o seu impacto geográfico, o qual desempenha, por sua vez, o papel de fixador espacial de antagonismos.

Dada a natureza deste trabalho e o pouco tempo disponível adoptámos como metodologia para a sua elaboração o recurso a fontes documentais apenas, deixando de lado a «pesquisa no terreno» ou o «trabalho de campo», preferidos pelos Antropólogos desde que Bronislaw Malinowski («papa do funcionalismo» como ele próprio gostava de, com humor, se qualificar), teve a percepção de que «ir ao terreno» e «participar na vida dos grupos para lhes penetrar os segredos» teriam de constituir, a partir de então, atitudes indissociáveis de todo o praticante da Antropologia verdadeiramente interessado em entender o «outro», o «diferente», pois o seu laboratório resume-se, afinal, à vida das diversas sociedades humanas.

Na realidade, muito há a investigar sobre a situação das minorias no nosso País, em particular os ciganos e as decorrentes dos movimentos migratórios consequentes à situação vivida no ex-Ultramar português após a descolonização, por ser as que se encontram em piores condições de sobrevivência e, por conseguinte, mais atreitas à instabilidade e ao conflito.

Todavia, sem tais estudos estarem realizados (e não esqueçamos o triste e lamentável estádio da investigação em Portugal, apesar da extrema importância que esta assume para a Segurança e Defesa de qualquer país, facto que, por muito que nos espante, parece não preocupar ninguém), não é possível falar-se com um mínimo de credibilidade acerca da actual (e verdadeira) situação interna nacional, a não ser com base em informações mais ou menos esporádicas que nos vão surgindo e nos permitiram, por exemplo, dar uma ideia, embora superficial, dos perigos decorrentes da presença da comunidade «calé» entre nós.

Por muito que os políticos tentem passar a imagem de conhecedores profundos da nossa realidade interna neste campo, a verdade é que não se investiga adequadamente a sociedade em que vivemos, por isso ninguém conhece ao certo o que nela se passa nem quais as nossas reais vulnerabilidades, o que pode tornar-se bastante perigoso (nada pior para a sobrevivência de uma Nação ou de um Estado do que a ignorância das mesmas, sejam elas internas ou externas). Julgo que não será ousadia afirmar que conhecemos bem melhor as segundas do que as primeiras, pelo menos desde que ultrapassámos as nossas limitadas fronteiras europeias e mergulhámos, de cabeça, no contexto europeu.

As razões acima apontadas determinaram que este trabalho se limitasse, basicamente, a fontes documentais, pelo que quase todo o texto privilegia o tratamento universal do tema escolhido e não as particularidades específicas do nosso quotidiano, embora este não se encontre, diga-se também em abono da verdade, totalmente ausente, surgindo sempre que os conhecimentos que temos do assunto o permitem.

Como afirmámos no início, falar de minorias não constitui tarefa fácil tendo em conta, sobretudo, a profunda agitação política e social em que uma razoável parte delas se encontra, neste momento, envolvida. Tal dificuldade não é, todavia e em boa verdade, algo de novo que nos tenha sido trazido, exclusivamente, por este conturbado fim de século – aqui a novidade terá sido o súbito renascimento de nacionalismos exacerbados que razões circunstanciais mantinham em estado latente, como é próprio, aliás, de agrupamentos humanos amordaçados contra a sua vontade e, deste modo, impedidos de exercer os seus direitos (ou o que consideram como tal).

Com efeito, o grupo social dominante numa determinada sociedade pode (e tem-no feito, infelizmente, bastas vezes ao longo da História das Civilizações, provocando, não raro, cruéis e destrutivos actos etnocídicos no sentido

jaulinniano) ⁽¹⁾ recorrer a diversos meios para impedir que outros grupos – os considerados minoritários – participem, em plena igualdade de direitos e deveres, dos benefícios que a referida sociedade tem para lhes oferecer. A isto se chama, habitualmente, *discriminação*.

De acordo com Bruce Cohen, são métodos principais desta prática: o Aniquilamento, a Expulsão, e a Segregação (pp. 144-145).

2. ANIQUILAMENTO

Aniquilação pura e simples, em que os membros da minoria são deliberadamente assassinados pelo grupo dominante. No caso de se tratar de uma minoria étnica denomina-se genocídio e constitui um dos aspectos do etnocídio propriamente dito [Ver Notas; ⁽⁵⁾]. Um bom exemplo disto é o macabro programa de aniquilação dos judeus engendrado pelos nazis e denominado «Solução Final»; ou o do ditador Idi Amin do Uganda que, de acordo com algumas notícias vindas a lume na imprensa, visava resultados idênticos mas em relação à comunidade indiana que vivia naquele país.

3. EXPULSÃO

Que ocorre quando o grupo dominante expulsa o dominado, sempre menos poderoso, das respectivas terras, obrigando-o a viver confinado a uma área geográfica determinada pela qual nunca teria optado voluntariamente.

Incluem-se, neste método discriminatório, a expulsão dos ciganos de Inglaterra por Henrique VIII, bem como a forçada retirada dos índios norte-americanos para as agora designadas «reservas indígenas», abandonando os seus vastos e tradicionais territórios de caça e sobrevivência para se transformarem em minorias resultantes da espoliação do seu território histórico, sobretudo a partir do momento em que, como afirmámos noutra trabalho ⁽²⁾ a população das quatro colónias puritanas da Nova Inglaterra fundadas pelos fugitivos religiosos (1803) – ingleses e americanos brancos constituíam, então, um só povo – conseguiram comprar, por quinze milhões de dólares, os

⁽¹⁾ Robert Jaulin.

⁽²⁾ MELO, I. M. Correia de – A Colonização das Américas: Colonização Portuguesa no Brasil e Inglesa nos Estados Unidos da América do Norte – A grande diferença. In *Novos Estudos Sobre Mudança Cultural no Brasil*, Lisboa, Instituto de Relações Internacionais, 1993, pp. 11-116. [Coordenador: Luís Forjaz Trigueiros].

territórios que Napoleão obrigara os espanhóis a ceder aos franceses em 1800 – a Luisiana – duplicando a sua primitiva área territorial e tornando-se, assim, rival do império colonial espanhol e da colônia britânica do Canadá.

Com efeito, logo que esta aquisição foi anunciada, um grande número de colonos atravessou o Mississipi em busca de melhores terras, riqueza e liberdade, dando origem a um enorme movimento de populações que se prolongou até finais do século XIX, numa vasta onda de guerras, crimes e muito sofrimento (durante todo este século, o Exército manteve-se em guerra aberta contra os índios, a fim de satisfazer a ganância dos colonos brancos). Isto num país que, hoje, se apresenta ao mundo como tendo sempre pugnado pela democracia e que foi erigido com base na afirmação do seu terceiro presidente – Thomas Jefferson – de que *Todos os homens nascem iguais e a todos lhes confere o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais se contam a vida, a liberdade e a consecução da felicidade.*

4. SEGREGAÇÃO

Que surge quando o grupo menos poderoso se vê obrigado, pela acção do dominante, a viver em residências separadas e a estabelecer, também, infra-estruturas à parte, tais como escolas, alas de hotéis e hospitais, cafés, restaurantes, etc., os quais, na maioria dos casos, são de qualidade inferior. E é outra vez os Estados Unidos da América do Norte que nos fornecem um dos exemplos mais conhecidos desta prática discriminatória, pois apesar de, no já longínquo ano de 1860, haver sido eleito o primeiro presidente anti-esclavagista – Abraham Lincoln; de a escravatura ter sido abolida quatro anos mais tarde, após o terrível banho de sangue que a sua eleição provocou entre os Estados sulistas, defensores acérrimos da escravaria que os tornava tão ricos ao cuidar das suas imensas plantações de algodão, e os do Norte, já esquecidos das antigas práticas escravocratas e transformados em ferrenhos anti-esclavagistas; e de a legislação e as decisões da Suprema Corte terem imposto «limites legais» às práticas segregacionistas, a verdade é que elas ainda existem. Não há, com efeito, qualquer dificuldade em se identificar as escolas, as igrejas e as zonas residenciais só para negros.

O que na realidade parece ter-se passado neste enorme país foi que, após o fim da referida guerra da secessão – 1864 – com a vitória do Norte, apoiado pelos pioneiros (que foram o seu garante) sobre um Sul completamente em ruínas, a escravatura foi então abolida por ser considerada a verdadeira causa

do terrível e sangrento conflito. Mas o negro americano, liberto por fim dos humilhantes e desumanos grilhões da escravidão vai, na prática, ficar uma vez mais à mercê do branco racista que, por muito que nos custe, merece também alguma compreensão pois foi enculturado numa sociedade cuja economia e organização social assentavam, fundamentalmente, no suado e esforçado trabalho do negro-escravo e cujos membros se mostravam convictos de que, sem este, tudo ruidaria, o que até tem uma certa lógica se pensarmos que eles próprios pouco ou nada eram capazes de fazer para garantir a sua subsistência e a de suas famílias. Se tivermos em conta as frequentes notícias de acções violentas movidas por grupos racistas contra cidadãos de cor (com realce para a conhecida *Ku-Klux-Klan*), facilmente concluiremos que a situação continua, quase século e meio depois, por resolver.

Claro que poderíamos, ainda, citar como exemplo de práticas segregacionistas, o « recém-finado » *Apartheid* da África do Sul. (alguns entendidos opinam que ainda persiste o qual, porém, ao contrário do caso anterior, beneficiava de uma cobertura legal que permitia todo o tipo de discriminação contra o grupo menos poderoso – a maioria negra. O sublinhado constitui uma chamada de atenção para o facto de que, contrariamente ao que muitos pensam, o termo « minoria » nem sempre corresponde ao seu significado matemático, podendo acontecer por vezes, como é o caso, que a mesma seja, na realidade, constituída pelo grupo populacional mais poderoso.

As minorias podem, todavia, reagir de maneira diversa à discriminação e à dominação que sofrem no seio da sociedade em que coexistem. As reacções mais comuns são, ainda de acordo com Cohen, as seguintes: Aculturação, Auto-segregação, Separatismo e Criação de Organizações (1980, pp. 145-146).

Vejamos, para um melhor entendimento, o que significa cada uma delas:

5. ACULTURAÇÃO

Nas ciências humanas, a Aculturação define perspectivas diferentes consoante as disciplinas.

Para a Antropologia, ela é apercebida como um fenómeno sociocultural resultante dos contactos culturais ocorridos entre as chamadas nações « civilizadas » – noção que engloba, afinal, as sociedades tecnologicamente mais evoluídas – e as populações « arcaicas » ou « artesanais » – conceito exactamente

contrário àquele – caracterizado por uma notória selectividade e reciprocidade. Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma forma de difusionismo que se caracteriza pela violência do processo, violência essa que decorre do profundo contraste entre Culturas de evolução lenta e baixo nível tecnológico, face a outras tecnologicamente muito evoluídas e em fase de progressão vertiginosa.

Aliás, a problemática dos Contactos de Cultura surgiu no início do presente século, através do estudo da transmissão cultural no quadro da corrente difusionista, que teve um considerável desenvolvimento na Alemanha e nos Estados Unidos da América do Norte, neste último caso com nomes como Sapir, Lowie, Kroeber e, sobretudo, Boas.

A rapidez destes contactos provocou, na maioria das vezes, efeitos desastrosos para aquelas populações, pois contribuiu para que as suas reacções psicológicas fossem de tal modo profundas que acabaram por originar uma série de fenómenos de desintegração e reintegração dentro de moldes sociais diferentes. Muitos povos, vítimas de contactos maciços com os ocidentais que, inesperadamente, invadiam as suas terras com o mais absoluto desrespeito por tudo quanto até então acreditavam e lhes impunham novos costumes, práticas, crenças e valores que para eles nada significavam, caíram em verdadeiras psicoses colectivas, com perda repentina da confiança nos seus valores e completo desprezo pela própria vida. São exemplos disto os Ameríndios, nos seus primeiros encontros com os brancos, durante a colonização, ou mesmo mais perto de nós, quando da destruição completa de grupos inteiros de índios na Amazónia; os Tasmânicos – cujo desespero foi tão grande que as mulheres provocaram abortos por processos brutais e praticaram o infanticídio para que os filhos não viessem a sofrer como eles – e os habitantes da cidade de Numância que, após resistirem catorze anos ao cerco dos Romanos, nos quais esgotaram todos os seus recursos (revela-nos o relato histórico dos acontecimentos que chegaram ao extremo de praticar a antropofagia), quando finalmente caíram nas mãos de Cipião Emiliano (ano 133 AC) recorreram ao suicídio colectivo, numa clara demonstração de que preferiam a morte ao opróbio.

Daqui se deduz que a Aculturação não é, propriamente um fenómeno novo, a não ser no grau de violência que o processo atinge devido à disparidade já atrás referida entre os dois tipos de Cultura em palco.

Para Redfield, Linton e Herskovits⁽³⁾, o facto aculturativo, encarado em sentido lato, define-se como o *Conjunto dos fenómenos que resultam*

(3) Memorandum for the Study of Acculturation. In American Anthropologist, Vol. 38, 1936. In CAZENEUVE, p. 73.

de dois grupos de indivíduos de culturas diferentes entrarem em contacto contínuo e de primeira mão com as mudanças que surgem nos modelos culturais originados pela união dos dois grupos.

Mas, para melhor se entender a dinâmica da Aculturação e a sua importância no estudo das minorias, há que aprofundá-la ainda um pouco mais através da menção das suas características principais. Ela implica, na prática e simultaneamente, fenómenos de *desculturação* (perda de determinados traços culturais), *enculturação exógena* (participação na nova Cultura) e *transculturação* (reciprocidade do processo).

Esta decorrência do Contacto de Culturas passa, normalmente, por momentos tão diversos e diferenciados como são, por exemplo, a *destruição* (absorção de uma Cultura por outra; perda do gosto de viver); o *corte* (justaposição sem liame entre o comportamento antigo e o comportamento adquirido); a *aceitação* (recebimento mais ou menos selectivo, ora desejado ora tolerado); a *esquiva* (indiferença, refúgio em si mesmo, «supertribalização»); a *oposição activa* (contra-aculturação, descrédito do estrangeiro, sobrevalorização do seu passado, busca de um equilíbrio novo em que os valores daquele são anexados e reestruturados em seguida: messianismo, profetismo); a *simbiose* ou *criação de uma Cultura mestiça* (acção dos portugueses no Brasil, por exemplo), etc.

Deste modo, não é possível confundir o processo de encontro entre duas Culturas diferenciadas e o seu resultado, ou seja, o fenómeno que se convencionou designar por Aculturação com outro processo muito semelhante que ocorre, também, em praticamente todas as sociedades conhecidas, mas apenas em virtude do dinamismo que lhes é inerente: a Mudança Cultural. As causas desta são, com efeito e como a seguir veremos, bastante diferentes: *invenção independente* (intencional, e consistindo na combinação de elementos culturais já existentes, de forma a obter novo complexo cultural até então inexistente); *descoberta* (ocasional, e representando uma aquisição nova no campo dos conhecimentos); e *difusão cultural* ou *difusionismo*, corrente antropológica surgida já no nosso século como reacção à escola evolucionista, e que procura explicar como os elementos inventados numa Cultura se vão, por empréstimo, propagando a pouco e pouco, através do espaço e do tempo.

Na prática, e para entendermos melhor a diferença de que atrás falámos, a Difusão Cultural faz-se por três formas diferentes: *via comercial* (difundindo

elementos ⁽⁴⁾ de outra Cultura sem que a Cultura importadora tente reproduzi-los. É o caso sobejamente conhecido da cerâmica: em muitas regiões existem povos especializados na sua produção, enquanto noutras apenas há os que as adquirem por compra ou permuta); *importação de um elemento que a Cultura tenta reproduzir* (o qual sofre transformações progressivas de modo a adaptar-se aos ideais básicos do grupo); e, finalmente, *difusão da ideia do elemento cultural apenas* (um povo conta a outro que em tal parte se faz isto ou aquilo e os espíritos locais mais inventivos procuram, então, criar o novo traço cultural de acordo com a descrição que lhes foi feita).

Note-se ainda, a propósito e segundo outro autor (Mário Moutinho) que o Contacto de Culturas apresenta dois aspectos fundamentais e um que pode ser considerado como secundário (1991).

Assim, quanto aos primeiros, pode resultar desse contacto uma transformação estrutural – a já acima tratada *aculturação* – ou a condução de uma das Culturas em presença ao seu desaparecimento – *etnocídio* ⁽⁵⁾. No que respeita

⁽⁴⁾ A Cultura é formada por um conjunto de elementos intimamente ligados de modo a constituírem um todo integrado (uma verdadeira síntese orgânica) os quais dão forma à respectiva estrutura e constituem a única maneira de entendermos o seu real significado. O mais simples desses elementos – a unidade de uma Cultura – é o *Traço Cultural* (um objecto, uma ideia, uma crença, um valor, são outros tantos traços culturais); a combinação destes em torno de uma actividade básica é o *Complexo Cultural* (o futebol, por exemplo, é um complexo cultural que pode ser decomposto em vários traços culturais: a bola, o árbitro, os jogadores, o público, etc.); quando os complexos culturais se associam de modo a atribuir ao grupo humano uma forma cultural característica, temos os *Padrões Culturais*: a região em que predomina um determinado número de complexos culturais é a *Área Cultural*. Apresenta grandes semelhanças em termos de traços, complexos e padrões culturais. É, afinal a área geográfica por onde se distribui uma Cultura.

⁽⁵⁾ Foi Robert Jaulin quem, na obra intitulada PAIX BLANCHE, provocou o repensar do contacto entre culturas a uma nova luz: o processo etnocidário em curso nas sociedades artesanais da Amazónia. Noutro trabalho – LA DÉCIVILISATION: POLITIQUE ET PRATIQUE DE L'ETHNOCIDE (Paris, 1974, p. 9) ele define o Etnocídio (que literalmente significa: *morte de uma etnia*) como o *acto de destruição de uma civilização, o acto de descivilização*. Só que, na opinião de Moutinho (1980; p. 126) a definição de *civilização* apresentada por Jaulin (em síntese: *O conjunto de coordenadas que enquadram as realizações humanas*) é muito semelhante às definições já conhecidas, daí resultando uma inevitável situação de beco sem saída, que o primeiro tenta ultrapassar ao repensar a terminologia dos fenómenos dependentes da *etnocidologia* (que ele pretende seja uma ciência do etnocídio, embora reconheça que, de momento se trate apenas de uma disciplina etnológica em vias de formação, que se ocupa de determinados períodos da existência das civilizações pré-industriais – os de crise – deixando os restantes – de *institucionalidade* – para a Etnologia) à luz dos conceitos marxistas da *Antropologia Económica*. Nesta linha de pensamento, o *Conceito de civilização leva-nos ao conceito de formação económica e social (FES), ou seja, à articulação dos vários modos de produção existentes ou que existiram numa dada comunidade*. Deste modo, o *etnocídio pode ser agora visto como o acto de destruição de uma FES, embora esta só possa deixar de existir quando os seus representantes desaparecerem*. Assim sendo, o *etnocídio pode então apresentar duas formas: por destruição física dos membros de uma FES (genocídio), ou pela deslocação completa de uma FES devida a causas diversas (variações geoclimáticas, emigração dos seus membros, etc.)*. A história fornece-nos muitos exemplos de etnocídio por genocídio. No primeiro caso, a já citada destruição dos *Ameríndios*, no segundo, as transferências de comunidades camponesas para as zonas urbanas.

ao secundário, este traduz-se na adopção de elementos culturais exteriores sem qualquer interferência nas estruturas da Cultura em causa. Trata-se, por conseguinte, de uma influência superficial que apenas poderá ser apreendida através da leitura de hábitos culturais e tecnológicos.

Articulando o exposto quanto à Aculturação com as reacções dos grupos minoritários – que é o que aqui mais nos interessa – podemos agora entender melhor que é, precisamente, através do processo aculturativo que a minoria demonstra aceitação e adopção da Cultura e do estilo de vida socialmente dominantes. Só que, em sociedade, as coisas nunca são tão simples quanto à primeira vista podem parecer. Assim, a Aculturação é, na prática, muito difícil de conseguir pois os indivíduos sentem-se, de certo modo, encurralados entre um mundo de crenças, valores e estilos de vida que lhes é familiar desde o berço, e só muito lentamente vão deixando, e outro bastante diferente daquele – em muitos casos talvez mesmo bem menos compensador, em termos psicológicos, devido ao choque cultural que a adopção de novos elementos quase sempre implica – mas o único capaz de lhes proporcionar uma verdadeira integração no grupo dominador, com todos os benefícios daí resultantes.

Desta luta constante para conseguir, no curto espaço de tempo de vida de uma geração, a crescente desculturação das suas Culturas e a enculturação exógena na nova Cultura de adopção de molde a disso poder tirar, ainda, o proveito à partida pretendido, resulta apenas em muitos casos (talvez mesmo a maioria), que o grupo minoritário se continue a manter à margem da sociedade global (ou maior, no sentido jurídico do termo), para onde deseja desesperadamente entrar (até por uma questão de melhorar as suas quase sempre deficitárias condições de sobrevivência), mas agora com a agravante de também permanecer, de certo modo, à margem da sua própria Cultura de origem que ainda não foi capaz de abandonar. Estamos, assim, perante um novo fenómeno que pouco ou nada tem a ver com os objectivos visados pela minoria. É a *marginalidade cultural* que surge, com as pesadas consequências sociais de todos sobejamente conhecidas. O judeu, que vive geralmente à margem da sua própria Cultura – a hebraica – que já não pratica na íntegra, mas também permanece um marginal em relação à da sociedade que escolheu para viver, constitui um esclarecedor exemplo.

Existem, porém, outros casos em que, numa tentativa para ser aceite pelo grupo dominante, em membro de uma minoria recorre a alguns engenhosos artifícios como, por exemplo, trocar de nome por outro que não seja desfavoravelmente conotado com as suas origens (conhecem-se judeus e polacos que o fizeram) ou mesmo tentar mudar a sua aparência física (muitos negros alisam

os cabelos e alguns tentam, mesmo, clarear o tom da pele com êxito – o cantor norte-americano Michael Jackson é o caso mais gritante e recente).

6. AUTO-SEGREGAÇÃO

Esta é a outra forma corrente de os membros das minorias reagirem à dominância e à discriminação do grupo social mais poderoso: isolam-se, voluntariamente, do resto da sociedade, o que lhes permite manter os seus costumes, crenças e valores tradicionais, bem como as suas infra-estruturas próprias.

Cite-se, a título de exemplo, o facto de muitos índios, uma vez confinados nas já referidas reservas (onde servem de objecto de estudo para estudantes de Antropologia em férias, pois constituem um autêntico zoo humano), terem preferido ali ficar, ao invés de tentarem entrar na complexa e moderna sociedade americana, com todas as benesses que isso lhes poderia trazer caso tivessem êxito, precisamente por haverem reconhecido a tempo que só deste modo conseguiriam preservar o seu idioma e as tradições herdadas dos respectivos antepassados, ou seja, a sua identidade cultural, poderoso elemento aglutinador dos povos.

7. SEPARATISMO

Atitude através da qual uma minoria estabelece uma nova sociedade separada das restantes, o que consegue, regra geral, recorrendo à criação de fronteiras.

O Canadá é o país ideal para se analisar e estudar esta questão. Com duas populações originárias de diferentes países europeus – França e Grã-Bretanha – coexistindo no seu território nacional, o problema foi resolvido pela sua efectiva separação no espaço geográfico: enquanto a franco-canadense se concentra na região de Quebeque, a anglo-canadense predomina em quase todas as outras províncias. É tão intensa é, na realidade, tal separação que, em anos recentes, muitos franco-canadenses defenderam a hipótese do Quebeque, se tornar uma Nação independente (recorde-se o ocorrido nas últimas eleições).

8. CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES

Mas uma minoria pode também defender-se da discriminação social a que é votada tentando provocar mudanças na sociedade dominante. Para isso, recorre à criação de organizações dedicadas à defesa dos seus objectivos específicos. Tais organizações representarão as suas aspirações, tentarão obter apoio público para a sua causa e trabalharão no sentido de conseguir a publicação de legislação que defenda os seus pontos de vista.

São exemplos: a Associação Nacional pelo Progresso das Pessoas de Cor (NAACP) – que tem desempenhado um importante papel como força de pressão visando uma legislação favorável à sua causa – e a Liga de Antidifamação de B'nai B'rith, empenhada na protecção dos judeus e no apoio aos seus direitos.

Não existem, contudo, só práticas discriminatórias e consequentes reacções no Contacto de Culturas entre grupos minoritários e grupos dominantes, no seio da sociedade global.

O estudo sociológico e antropológico desta realidade social demonstrou, claramente, aos investigadores nele envolvidos que, por vezes, também é possível às minorias integrarem-se como membros de pleno direito na sociedade maior. Neste caso, as práticas utilizadas são, ainda de acordo com o mesmo autor, as seguintes: Assimilação, Amalgamação, Pluralismo Cultural e Integração (COHEN; p. 145).

Eis o seu significado:

9. ASSIMILAÇÃO

Trata-se de um conceito polémico em Ciências Sociais, devido às suas semelhanças práticas com a Aculturação, pelo que merece, tal como fizemos com esta, uma explicação mais cuidada visando a sua melhor compreensão.

Derivada do termo latino *adsimilatio*, *assimilatio*, que significa, literalmente, tornar-se *semelhante*, a noção de Assimilação Social surge por analogia com o processo orgânico da assimilação biológica (operação que consiste na transformação, pelos seres vivos, das matérias absorvidas na própria substância). Assim e segundo o Dicionário de Ciências Sociais de Alain Birou, *Fala-se de assimilação social para definir o processo segundo o qual indivíduos ou grupos, pertencendo a culturas ou a meios diferentes, se transformam num*

todo homogéneo. A assimilação dá a ideia de uma absorção por um conjunto cultural mais forte ou mais vasto de elementos heterogéneos (grupos estranhos ou marginais, imigrantes), que nele entram com a sua cultura, o seu modo de vida, os quais desaparecem ou se integram através desse processo (pp. 37-38).

Alguns autores defendem, por sua vez, que a Aculturação e a Assimilação constituem aspectos diferentes do mesmo processo, chegando um deles – Willems – a propor que, para maior facilidade de entendimento, se utilize o primeiro termo para qualificar as mudanças operadas na esfera do cultural, deixando para o segundo as alterações operadas na esfera social.

A verdade, porém, é que não é propriamente fácil distinguir, à primeira vista, entre estes dois tipos de mudanças, muito menos o sendo, como é lógico, averiguar com exactidão onde começa e acaba cada uma delas.

Algo existe, no entanto, capaz de as individualizar: se compararmos o afirmado quanto à Aculturação com a definição de Assimilação como prática inclusora de minorias na sociedade, proposta por Cohen: *Fusão de duas culturas diferentes (geralmente por casamento) numa única cultura, contendo características comuns a ambas* (p. 145).

Esse algo é, afinal, a violência que oportunamente salientámos como inerente a todo o processo aculturativo (entendido este no sentido antropológico), em oposição à ausência da mesma no processo assimilativo. O casamento foi, com efeito, utilizado desde sempre como forma de aliança ente famílias e clãs⁽⁶⁾, visando a manutenção da paz social entre os envolvidos no contrato – pessoas e até nações – e suas parentelas. Demonstram-no, cabalmente, os casamentos de jovens príncipes – quantas vezes ainda crianças – que nunca se haviam sequer visto, negociados entre as famílias reais europeias que dominavam nos diferentes países e cuja finalidade visava, apenas, uma garantia de paz em tempos difíceis de grande agitação e insegurança que permitisse as consequentes trocas comerciais indispensáveis à sobrevivência nacional.

Através da Assimilação, as Culturas tendem a misturar-se e a perder as respectivas identidades individualizadoras, acabando os membros das minorias assimiladas por se integrar na sociedade como novos participantes na sua dinâmica, ao contrário do que acontece com os grupos minoritários sujeitos ao processo aculturativo apenas e que, como oportunamente referimos, na maioria das vezes ficam situados numa incómoda posição de indefinição entre o seu

(⁶) Congregação de indivíduos oriundos unilinearmente (por oposição à etnia, que obedece a uma descendência bilateral) de um antepassado comum (mítico ou animal totémico) e possuindo o mesmo patronímico (clã do porco espinho, por ex.).

mundo tradicional e aquele para onde pretendem entrar, mas não conseguem por não serem ainda aceites.

O mulato brasileiro constitui, quanto a nós, um bom exemplo de assimilação de duas Culturas tão diferenciadas quanto a negra (dividida nas subculturas banta e sudanesa), e a branca europeia portuguesa. Como escrevia Josué Montello na maravilhosa obra que é os seus TAMBORES DE S. LUÍS (MELO, p. 2):

Em menos tempo do que se pensa, está saindo um tipo novo, bem brasileiro, que não é mais preto, nem também é branco, e que vai mandar aqui como hoje mandam os senhores.

10. AMALGAMAÇÃO

Prática de inclusão de minorias que contempla, apenas, a parte rática do Contacto de Culturas. Assim, devido a casamentos realizados entre grupos que apresentam, características físicas muito diferenciadas, surge um novo tipo de indivíduos apresentando traços físicos singulares.

O fenotipo⁽⁷⁾ de muitos habitantes do Havai revela, por exemplo, que eles possuem, na sua composição genética, influências de ancestrais Filipinos, Caucasianos e Orientais, misturadas com outras claramente herdadas dos nativos locais. Isto resulta de um traço cultural ali implantado, ao que parece, desde tempos remotos: a liberdade de realizar casamentos interétnicos sem qualquer problema, dando assim origem a novos genótipos⁽⁸⁾.

Claro que o exemplo mencionado para a Assimilação – essa bela obra criada pelo português que é o mulato do Brasil – também serve para ilustrar a Amalgamação, dado que ambas fazem abordagens diferentes da mesma realidade: a primeira observando-a do ponto de vista cultural apenas, a segunda cingindo-se, exclusivamente, às características físicas.

(7) Um organismo – ou qualquer das suas partes – cuja forma se presume que resulte da conjugação de material genético herdado e de forças externas tais como o ambiente (Mischa Titiev).

(8) Um organismo em relação ao qual se julga que a sua forma ou qualquer das suas partes – resulta apenas da actividade do seu material genético ou hereditário intrínseco (Mischa Titiev).

11. PLURALISMO CULTURAL

Trata-se de uma forma de Acomodação⁽¹⁾ na qual diferentes grupos raciais ou étnicos convivem, embora mantendo os seus próprios costumes individualizados, ao mesmo tempo que aceitam o estilo de vida dos membros dos outros agrupamentos sociais como adequado ao tipo de sociedade em que vivem.

A Suíça é, normalmente, apontada pelos estudiosos deste fenómeno social como sendo o exemplo ideal do mesmo – não existe aqui um idioma nacional e os diversos grupos religiosos podem conviver em relativa paz e harmonia.

12. INTEGRAÇÃO

Termo relativamente recente, de acordo com o já referido Dicionário de Alain Birou, derivado da raíz latina *tag* (tocar), donde deriva também *integer, intactus*. *Integrare* significa, literalmente, renovar ou tornar inteiro. Foi deste sentido primitivo que nasceu o termo matemático «integrar». Devido a uma tendência natural do espírito humano que gosta de se apoiar nos esquemas da vida para falar das realidades sociológicas, a Integração, no domínio das Ciências Sociais, será frequentemente tomada como a adaptação das partes ao todo, sendo as primeiras os membros ou os microgrupos e o segundo a sociedade global. Deste modo, a Integração Social adquire uma dimensão organicista que satisfaz a necessidade de explicar vitalmente as sociedades, e uma dimensão matemática, em grande parte adequada à primeira – a Integração, tanto matemática como sociologicamente, será a acção de trazer à unidade os factores diferenciados e diferenciais.

Podemos, assim, definir a integração como sendo o arranjo social pelo qual tanto os grupos dominantes como as minorias convivem em harmonia. Deste modo, para que uma sociedade possa ser considerada como realmente integrada, todos os seus grupos componentes deverão ter igual acesso às instituições religiosas, educacionais, políticas, jurídicas e económicas.

Entendida a dinâmica minoria/sociedade maior ou global numa perspectiva diacrónica, cabe agora esclarecer o verdadeiro significado do termo «minoraria», propositadamente deixado para segundo lugar por nos parecer a metodologia mais correcta neste caso.

De acordo com Pierre George^(*), o referido termo designa: *Grupos humanos que se encontram «marginalizados» em posição de inferioridade numérica – salvo excepção – e ao mesmo tempo política, social ou económica, até mesmo cultural.*

Esta palavra aparece frequentemente adjectivada, precisando-se assim a sua relação com o ambiente que rodeia o grupo minoritário de que resulta a sua identificação como minoria étnica, linguística ou religiosa.

Convém esclarecer ainda que, na prática, o simples facto de se pertencer a uma minoria implica que se seja, também, jurídica ou sociologicamente menor, factor só por si capaz, como é lógico, de provocar descontentamentos profundos que, acumulados ao longo de anos e anos sem perspectivas de solução, acabam por desencadear conflitos generalizados com as consequências de todos conhecidas. Trata-se, por conseguinte, de *Uma realidade que é, simultaneamente, de ordem quantitativa e diferencial e de uma condição de dependência ou que é sentida como tal* (Idem; Ibidem).

A época que vivemos tem-se revelado, sobretudo nos últimos três decénios – as guerras étnicas no corno de África, por exemplo, duram há mais de trinta anos – de grande agitação devido à recusa desta humilhante situação de inferioridade face aos restantes grupos sociais dominantes, o que, para além de constituir um poderoso factor de instabilidade para a segurança interna dos países onde surgem estes movimentos (e não só) contraria, fortemente, a tendência generalizada para a criação de grandes unidades – únicas capazes de satisfazer as exigências técnicas e económicas próprias das sociedades modernas de tipo ocidental – bem como para a uniformização da vida cultural que estas pretendem atingir através da planetarização da informação.

Se tivermos em conta uma verdade de há muito reconhecida e proclamada pelos Antropólogos de que não existe qualquer razão plausível para se considerar a Cultura de um povo – seja ela de que tipo for – inferior a outra por muito evoluída que esta se apresente à nossa observação (facto que a ciência antropológica designa por Relativismo Cultural) – facilmente concluiremos

(*) Do ponto de vista sociológico, a Acomodação (termo derivado do latim *accommodare* que significa: apropriar, adaptar, proporcionar, conformar) é o processo, consciente ou não, que consiste na modificação das formas de relações entre pessoas ou grupos com o fim de evitar, de diminuir ou de suprimir as tensões e os conflitos. A acomodação social procura, pois, provocar um ajustamento recíproco e uma coexistência social pacífica. Ao nível dos grupos ela implica uma modificação do seu papel social, do seu estatuto ou *Status* e, por vezes, das suas organizações, função e estrutura, para se adaptarem às necessidades de uma coexistência com outros grupos ou de uma integração na sociedade global em que estão inseridos. Neste sentido, a acomodação implica um desejo de tolerância para aceitar que subsistam, em conjunto, sistemas culturais diferentes (BIROU; pp. 21-22).

que milhões de pessoas vivem ainda, à beira a viragem do século que mais avanços tecnológicos trouxe à humanidade, numa situação de injustiça social tão profunda quanto intolerável, só por que a sua maneira de estar no mundo se diferencia dos padrões dominantes na sociedade que os recusa. Isto dá-lhes, decerto, todo o direito de lutar para não serem espezinhados naquilo que qualquer povo tem de mais sagrado – as suas crenças, a sua língua, os seus valores próprios – numa palavra: a *herança* deixada pelos respectivos antepassados, e que é, quer se queira ou não, o esteio de toda a Cultura. Tal realidade só será, no entanto, compreendida a tempo de se evitar piores males, se os grupos sociais maioritários dominantes souberem desembaraçar-se dos falsos estereótipos⁽¹⁰⁾ com que o seu exagerado etnocentrismo⁽¹¹⁾ os faz divisar o «outro», o «diferente», o «exótico», única via para que os direitos destes à sua especificidade cultural, jurídica, étnica, linguística e religiosa, sejam finalmente reconhecidos, desaparecendo assim o *Leitmotiv* de tanta agitação, tão perniciosa para o futuro da humanidade.

Mas não podemos entender, verdadeiramente, o conceito de «minorias» se não dedicarmos ainda algumas palavras à explicação da sua génese. Esta apresenta-se bastante diversificada – as migrações constituem uma das suas principais causas – mas pode ser apreciada, para o fim aqui em vista, sob três aspectos fundamentais (*Idem*: p. 6):

- O da constituição de minorias históricas – as que se formaram ao mesmo tempo que o Estado, quer através da agregação de territórios de há muito ocupados por populações individualizadas pelo seu património etnocultural (a Europa fornece os melhores exemplos, mas também é possível encontrá-los na Ásia – caso do antigo império turco – e na Índia), quer devido à introdução, no decurso da formação do Estado, de elementos heterogéneos refratários à fusão numa colectividade única,

(¹⁰) Juízo simplificador, não verificado e bastas vezes errado com que julgamos acontecimentos, pessoas e/ou grupos sociais. Ex.: os Italianos gostam de música; os Indianos (também os negros) são preguiçosos.

(¹¹) Palavra de origem grega que significa, literalmente: raça, povo, nação, o etnocentrismo é o comportamento social e a atitude afectiva que leva a privilegiar e sobrestimar o grupo racial ou étnico a que se pertence. Uma mentalidade etnocêntrica tende a depreciar as culturas, as civilizações diferentes, julgando-as de modo pejorativo por comparação com os usos e costumes do seu próprio grupo de pertença, os quais são considerados normais e servem de critérios de apreciação. O etnocentrismo leva a estereótipos, a imagens *a priori*, a preconceitos sobre os outros povos, ao racismo e à xenofobia. É uma autêntica miopia cultural que devemos combater a todo o custo pois constitui um dos maiores factores (senão mesmo o maior) de incompreensão e de conflito que afectam a sociedade contemporânea.

ficando muitas vezes reduzidos, por efeitos de relação numérica ou de dominação, a uma situação política, social e económica de dependência (América do Norte – subpopulações negra e hispanófono dos Estados Unidos e francófono do Canadá). É com este tipo de minorias (históricas) que os Governos dos grandes Estados têm, hoje, de se confrontar.

- O dos movimentos criadores de novos e sucessivos isolamentos minoritários: *êxodos*, que terminam, com frequência, na formação de diásporas ⁽¹²⁾ e de que os mais recentes foram os ocorridos no recém-conflito bósnio podendo, no entanto, citar-se muitos outros, como os dos refugiados afegãos ou dos do Sudeste asiático (diáspora chinesa consequente aos massacres dos séculos XVI, XVII e XVIII); o dos judeus (a diáspora judia é, tanto quanto se consegue saber, pois a história da China é mal conhecida, a mais antiga – data dos tempos imediatamente posteriores à proto-história do Oriente mediterrânico, tendo-se estendido então da Babilónia ao Magrebe e às penínsulas europeias do Mediterrâneo); o dos arménios (a diáspora arménia remonta também à antiguidade – no século V já existia uma importante colónia em Bizâncio); o dos libaneses (mais recente, pois estes só começaram a debandar do seu país de origem antes da I Guerra Mundial, a diáspora libanesa é pouco numerosa mas muito dispersa, estendendo-se por vários continentes); e *migrações* provocadas por falta de trabalho nos locais de origem, que arrastam consigo, mais tarde ou mais cedo, um vasto cortejo de migrações familiares (diáspora chinesa posterior ao fim do século XIX, constituída por milhares de pessoas que atravessaram os oceanos em grandes levas à procura de trabalho nas colónias europeias do Oceano Índico e da África do Sul, ou de comerciantes tentando implantar-se no continente americano), ou então *migrações forçadas*, como é o caso da minoria negra dos Estados Unidos da América do Norte resultante das conhecidas práticas escravagistas que se seguiram ao período áureo dos descobrimentos, devido à necessidade de se obter mão-de-obra barata e eficaz para desenvolver as novas terras encontradas pelos navegadores de quinhentos.

⁽¹²⁾ Este termo tem uma origem histórica de cerca de três mil anos, tantos quantos os sucessivos êxodos do povo judeu que têm alimentado a sua dispersão pelo mundo. É este, efectivamente, o significado da palavra diáspora – dispersão dos judeus fora da Palestina – hoje no entanto generalizada, a fenómenos semelhantes. Assim, tanto é possível referir-se a diáspora judia, como a chinesa, a arménia ou a libanesa.

– E, finalmente, o impacto sobre o espaço resultante da constituição e posterior conservação, durante períodos mais ou menos longos, de *regionalismos* – vulgarizaram-se, nos nossos dias, as reivindicações visando o reconhecimento de populações regionais com base em particularidades de ordem linguística, cultural ou confessional, decorrentes, muitas vezes, de uma longa história, e que só terminam com a obtenção de um estatuto próprio que lhes garanta autonomia interna no quadro de um espaço cultural cujos limites geográficos ficam, no entanto, quase sempre por definir (Córsega, em França, País Basco, na Espanha, várias regiões do Mezzogiorno – Sicília e Sardenha sobretudo – em Itália, Ulster, na Irlanda); de *guetos urbanos* – nas cidades, o fenómeno minoritário confunde-se com a concentração «insular», habitualmente designada por «gueto», termo derivado do agrupamento geográfico imposto às comunidades judias da Europa Central durante a Idade Média, homólogo dos *mellahs* e *haras* da África do Norte e do Médio Oriente (*Chinatown*, da Ásia de Sudeste, nas cidades costeiras ocidentais da América do Norte constitui o modelo universal, mas encontramos-os também em todas as grandes urbes do país (e não só), sobretudo os resultantes do impacto das diásporas mediterrânicas, libanesas ou judias). A imagem do gueto é inseparável da de uma profunda segregação social; ele não é, somente, um isolamento de estrangeiros, mas também uma concentração populacional privada do acesso à totalidade das formas e dos benefícios da vida urbana; ele é «marginal» e não apenas «original»; e de *territórios minoritários* – apenas se consideram como tal os espaços geográficos ocupados por grupos etnoculturais específicos aquando do seu povoamento original [a *Europa das Regiões*, hoje tão falada, oferece uma extensa gama de casos – a escala de ligação espaço/identidade cultural é muito variável, de acordo com as modalidades de imbricação das Culturas – os quais vão desde os territórios ocupados por entidades politicamente integradas numa ou em várias comunidades nacionais (casos da Catalunha, do País Basco e da Bretanha, esta dividida no plano linguístico), até unidades mais concentradas, como a Valónia ou o Vale d'Aosta; à escala americana, a já citada província do Quebeque estende-se por uma superfície de 1 540 000 km², enquanto o espaço histórico da minoria de origem hispânica atinge quase os 2 milhões].

Vejamos, a propósito e para um melhor entendimento, alguns exemplos de minorias formadas (ou ressurgidas) nos últimos tempos, algumas das quais se

encontram (ou estiveram) envolvidas em destruidoras e injustas guerras cuja origem reside, quase sempre, apenas na inevitável «diferença», qualificadora mas também separadora dos agrupamentos humanos.

Os recentes acontecimentos da política internacional mostram bem que o fenómeno minoritário tanto pode resultar do ressurgimento, sob a forma de nacionalismos ferozmente defendidos pela força das armas, de velhos sentimentos de identidade étnica, religiosa, comunitária ou linguística aparentemente adormecidos, como de circunstâncias políticas que, de um momento para o outro, transformam a até então maioria em autêntica minoria.

Neste último caso enquadra-se Orania, o novo enclave étnico da África do Sul, para onde fugiram, em 1991, os últimos «revoltados brancos» da era do *Apartheid*, e onde vivem entregues a um duro trabalho, depois de haverem colocado uma placa indicadora de «propriedade estritamente privada» nos portões de entrada, hasteado a bandeira da República *Boer* do Transval (século XVIII) e erguido, para velar por eles, uma estátua com a figura de Hendrik Verwoerd, criador do *Apartheid*, de dimensões tão reduzidas que Mandela, em recente visita e decerto pensando nas terríveis consequências que tão «brilhante» concepção de convivência teve para milhões de conterrâneos seus, exclamou ao vê-la: *Fizeram-na muito pequena!* (Expresso de 19 de Agosto de 1995).

Tal atitude isolacionista acabou, porém, na prática, por colocar no seu devido lugar – isto é, como minoria efectivamente assumida – o conjunto (ou parte dele) dos habitantes de origem europeia deste país que até há pouco se afirmavam como maioria face à restante população negróide, muito mais numerosa no entanto. Mas também muito mais empobrecida (sob todos os pontos de vista), explorada e marginalizada perante uma lei injusta e incompreensível face às recomendações da UNESCO⁽¹⁾ posteriores a 1945 que

(1) A injusta atitude de intolerância e desrespeito para com o *outro* ao longo dos tempos e a inadequada utilização do termo *raça* levou a UNESCO, preocupada em instaurar uma política de verdadeira igualdade de direitos entre os homens, à averiguação dos mitos raciais politicamente relevantes que, de uma ou outra maneira, representassem na prática social formas de comportamento discriminatório de origem racial (e/ou étnica), tendo sido identificados quatro: o mito judaico (de motivação prioritariamente religiosa); o negro (base económica sobretudo); o dos mestiços (talvez o mais cruel, por ser o único, ao que tudo indica, baseado exclusivamente na cor); e o da raça ariana ou nórdica (também baseado no tom da pele mas tendo começado por assumir a forma de um racismo de classe, que ainda apresentava quando Gobineau – 1853 – lhe deu a importância moderna que depois deteve no seu *Essai sur l'inegalité de races humaines*).

A importância que a questão racial assumiu no mundo moderno foi, com efeito, de tal ordem, que encontrou reflexo no preâmbulo do *Acto Constitutivo* da UNESCO (1945), no qual não só se considera o racismo entre as pragas, sociais que esta deve combater, como ainda se afirma que a guerra nessa data

permitia a discriminação e a exclusão social em nome de preconceitos de tipo racial ou étnico já ultrapassados.

Mas também um simples acordo político pode provocar o surgimento de minorias (ou agravar os problemas destas) onde antes as populações viviam em relativa paz social dentro das respectivas fronteiras apesar da sua diversidade étnica. Foi isto que o Tratado de Trianon trouxe à Hungria, ao amputar três quartos da sua superfície e dois terços da correspondente população. Em consequência, criou-se um Estado perfeitamente homogéneo (devido, sobretudo, à sua homogeneidade étnica) no interior dos seus limites geográfico-políticos mas, em contrapartida, um em cada quatro magiares vive agora no exterior. Cerca de 3,8 milhões de antigos cidadãos húngaros foram, deste modo, forçados a ficar retidos nos quatro países fronteiriços – Roménia, Checoslováquia, Jugoslávia e Ucrânia – ao mesmo tempo que se assiste, por todo o lado, ao desagregar das antigas Federações aglutinadoras, substituídas pelo ressurgimento de velhos nacionalismos que de há muito pareciam olvidados (amortecidos durante os regimes comunistas que ali se instalaram entre 1945/1948, despertaram com o início da Perestroika e a consequente democratização dos regimes locais).

Tudo isto, aliado ainda a um invejável (para a região) desenvolvimento económico gerador de rancores e invejas por parte dos vizinhos mais desfavorecidos contribui, como não poderia deixar de ser, para que a situação nesta zona do Globo se tenha tornado verdadeiramente explosiva.

Observada esta nova realidade minoritária na generalidade, conclui-se ser a minoria retida em território romeno a que se encontra em situação mais

terminada se tomou possível apenas *Pela negação do ideal democrático, da dignidade, da igualdade e do respeito pela pessoa humana e pela vontade de lhe substituir, explorando a ignorância e o preconceito, o dogma da desigualdade das raças e dos homens*. Três anos mais tarde (1948), em resposta a uma solicitação do Conselho Económico e Social da ONU no sentido de *Propor e recomendar a adopção geral de um programa de difusão de factos científicos destinado a fazer desaparecer o que se convencionou designar por «preconceitos de raça»*, o que foi posto em prática no ano seguinte, ao resolver: investigar e difundir *Os dados científicos pertinentes às questões raciais* e preparar *Uma campanha educacional baseada nesses dados* (MOREIRA, 1961, p. 88). E é assim que vemos reconhecida, na Proclamação da UNESCO de 18 de Julho de 1950 – na qual apenas se pretendeu estabelecer as bases da igualdade de facto entre as raças, dado que a igualdade propriamente dita já havia sido reconhecida na Declaração Universal dos Direitos do Homem – que, a humanidade é uma e que todos os homens pertencem à mesma espécie (*Homo sapiens*), sendo também geralmente admitido que provêm da mesma origem e que as diferenças existentes entre os diversos grupos humanos são devidas ao jogo dos factores evolutivos de diferenciação, tais como a modificação na situação respectiva das partículas materiais que determinam a hereditariedade (genes), a mudança de estrutura dessas mesmas partículas, a hibridação e a selecção natural.

preocupante, devido não só ao seu maior número – mais ou menos 2 milhões de pessoas instaladas numa zona estratégica de primeira importância (a Transilvânia, no centro do país) – como também à existência de um profundo sentimento antimagiar em toda a população romena. É aqui, com efeito, que os seus direitos são menos respeitados – o que não admira num país ultranacionalista como é a Roménia – e onde os problemas étnicos são, ainda, agravados por um antagonismo de feição religiosa (os romenos são, como se sabe, católicos).

Ora, isto pode transformar-se num poderoso instrumento de coesão para o Governo do país, que enfrenta uma situação económica difícil e possui um precário assento político, facto que envolve, sem dúvida, um certo grau de perigosidade mas que lhe poderá ser facilmente assegurado pelo apoio do Exército, este também imbuído de forte consciência nacionalista.

Situação diferente vivem, no entanto, as restantes três minorias.

Não conhecendo problemas de índole religiosa como a anterior – a religião dominante na Eslováquia é a católica – a minoria de cerca de 600 mil pessoas que vive na franja Sul da Checoslováquia gozava de uma situação aceitável, com os respectivos direitos culturais respeitados e uma representação no seio das instituições conforme à sua importância numérica.

Tão invejável situação poderá, no entanto, deteriorar-se rapidamente, sobretudo após a secessão da República Eslovaca, uma vez que os seus habitantes – eslovacos – são considerados mais nacionalistas que os checos. Assim e a despeito de pertencerem à mesma comunidade religiosa, os primeiros poderão mostrar-se mais hostis para com os magiares, até porque estes, constituindo um povo mais rural, serão menos atingidos pelo marasmo económico derivado da deterioração económica sempre previsível em caso de secessão (domínio da indústria, sobretudo).

A terceira minoria húngara é, em termos numéricos, a da Jugoslávia. São cerca de 450 mil pessoas vivendo em Voïdovine, num regime muito mais liberal do que as da Roménia, e as tensões não eram visíveis até 1990, altura em que o ressurgimento da Federação Jugoslava fez despertar os antigos e amordaçados «demónios» nacionalistas. Desde então, alguns dirigentes locais, receosos de se tornarem num grupo minoritário particularmente vigiado numa Federação reduzida à sua componente sérvia, e aproveitando-se da proximidade da mãe-pátria, têm reclamado a sua reintegração, o que é inaceitável para Belgrado.

E, para finalizar o leque das minorias de origem magiar no estrangeiro resultantes do referido Tratado de Trianon, citemos a menos numerosa: mais ou menos 200 mil pessoas instaladas na Ucrânia, que tiveram de enfrentar, durante

o regime soviético, um forte desejo de assimilação e russificação por parte do poder central, embora a situação tenha melhorado com a introdução da Perestroika. Os seus representantes receberam apoio do Rukh e, em Julho de 1991, o Parlamento ucraniano votou uma declaração garantindo igualdade de direitos políticos, económicos, sociais e culturais para todos os cidadãos.

Esta unidade é, no entanto, mais aparente que real, pois quebra-se sempre que a questão da autonomia é colocada em termos específicos para os húngaros (desenvolvem-se, então, campanhas antimagiare e os seus monumentos são atingidos), levando-os a procurar o apoio de outra minoria local – os Ruthênes – para, deste modo, fortalecerem as suas posições estratégicas no terreno.

Vejam, ainda, a actual situação na ex-Jugoslávia de Tito. Desaparecido o ditador (que apesar de tudo lhe garantiu, enquanto detentor do poder político, uma unidade que, embora também mais aparente que real, lhe permitiu sobreviver durante algum tempo e sem grandes problemas, como Estado), a nova geografia do país está a ser desenhada, pura e simplesmente, de acordo com os padrões de pureza étnica, difíceis de entender neste final de século, tanto mais que acontecem cinquenta anos após a divulgação das já referidas Proclamação da UNESCO e Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Em meados de Agosto último, com efeito, um alto funcionário da ONU afirmou que a «limpeza étnica» prosseguia, naquele território, *Com uma eficácia repugnante, constituindo o principal foco de tensão capaz de fazer alastrar a guerra.*

Na realidade, cerca de 120 mil refugiados da Krajina, reconquistada duas semanas antes, atravessaram a Bósnia até atingir terras da Nova Federação da Jugoslávia, que agrupava a Sérvia e o Montenegro. Belgrado tenta instalá-los em Voivodine e no Kosovo, regiões onde a população era albanesa e muçulmana em 1990, procurando assim aliviar as pressões, mas vê-se confrontada com os ultranacionalistas de Tirana e com os separatistas muçulmanos, que interpretam tal tentativa como fazendo parte de um plano de «recolonização».

Estes refugiados têm provocado grandes problemas nos seus contactos com as minorias não sérvias (croatas e muçulmanas, sobretudo), o que provocou o êxodo de milhares de pessoas vítimas de ameaças, crimes e agressões, as quais vão engrossar as levas dos expulsos pelos sérvios-bósnios da região de Banja Luka.

As novas vítimas desta autêntica limpeza étnica seguem em autocarros até às margens do rio Sava (fronteira da Bósnia com a Croácia), onde aguardam, em precárias condições, os barcos que, por elevado preço, as conduzirão à outra margem.

Mas as coisas não ficam por aqui, neste constante «refabricar» de minorias em território europeu. pois as acções militares então em curso no extremo Sul da Herzegovina (arredores de Trebinje e Dubrovnik) e na Bósnia Ocidental (à volta de Donij e Vakuf) ameaçavam, por sua vez, gerar novas fugas de populações perseguidas. Além disso, as hipóteses de ver atribuir a autonomia dos albaneses da Macedónia e do Kosovo, criando assim um Estado autónomo que se federaria com a vizinha Albânia, facto por muitos desejado e defendido com o argumento sempre forte de que já existem precedentes – os croatas da Bósnia federaram-se com a Croácia e prevê-se para breve a reunião dos sérvios-bósnios à Sérvia – parece que nunca passará disso mesmo – uma simples e desejada hipótese – pois os seus defensores têm plena consciência de que Belgrado nunca concordará com ela por causa do mosteiro de Pec, no Kosovo, sagrado para os sérvios, que o consideram como berço nacional/religioso. O facto de Milosevic o ter escolhido para lançar a sua cruzada a favor da grande Sérvia (1989) demonstra, aliás, a enorme importância que detém para este povo.

Mas deixemos a Europa, onde muitos mais exemplos poderiam ser dados se o tempo e as dimensões deste trabalho o permitissem, e passemos ao continente africano, para apreciar as consequências das guerras étnicas no chamado Corno de África povoado, como veremos, por uma variedade imensa de grupos étnicos – outras tantas minorias, portanto – cuja convivência a intolerância dos menos esclarecidos e circunstâncias políticas várias acabaram por tornar impossível.

Embora durem, como atrás salientámos, há mais de 30 anos, a situação agravou-se em 1991 (e é sobre este período que vamos incidir a nossa análise), com a fuga inesperada do Presidente Mengistu Hailé Mariam, ocorrida alguns meses apenas após o abandono do Mogadíscio pelo General Mohamed Syad Barré e seus seguidores. Esta fuga abriu um período de grandes esperanças mas também de não menores incertezas e perigos reais. Destes, os de maior gravidade eram, indiscutivelmente, para além da fome, a maior ameaça de uma guerra étnica generalizada com a consequente balcanização de toda a região.

Tais acontecimentos resultaram no fim similar de duas ditaduras – Somália e Etiópia – e na divisão dos respectivos territórios em dois Estados cada: no primeiro caso, o Movimento Nacional constituído pelos Issaks, proclamou a independência do Somaliland, a Norte (18 de Maio de 1991), localizando a capital em Hargeisa (85% destruída), e após algumas escaramuças com duas outras etnias – Issas e Gadaboursis – a situação estabilizou-se embora por pouco tempo, pois em Junho de 1992 recomeçaram os combates entre dois

subclãs (Haber Awal e Haber Yonis) pelo domínio do porto de Berbera. No Sul, a situação ainda se torna mais grave devido às encarniçadas lutas entre o Congresso Somali Unificado (hawiyé), o Movimento Patriótico Somaliano (ogaden) e a Frente de Salvação Somaliana (mijertin) pelo controlo da capital (Mogadíscio), mas também de outras localidades como Baïdoa, Galcaïo e Kisimayo. Aliás, as lutas não paravam na própria capital, sobretudo no seio do Congresso Somaliano Unificado, entre partidários do Presidente interino Ali Mahdí Mohamed e os do General Mohamed Farah Aylid.

Com mais de 50 mil mortos (números de 1992), resultantes de lutas clánicas e dizimados pela penúria e pela consequente fome, a antiga Somália caíu no fundo de um precipício de que não poderá sair sem auxílio do exterior. Dada a actual situação económica da maioria dos países africanos dificilmente este chegará, uma vez que a Comunidade Internacional pouco ou nada pode fazer nesta parte do Globo.

No segundo caso, a República popular e democrática da Etiópia desmoronou-se como um baralho de cartas após a queda de Mengistu, arrastando o seu poderoso Exército, embora nada a fizesse prever então (inícios de 1990), apesar do abandono dos soviéticos, dado que aquele ditador dispunha do maior Exército da África Subsahariana e sabia apresentar-se habilmente como o único defensor da unidade nacional. Daqui resultou a também divisão em dois Estados: Eritreia, a Norte, com a capital em Asmara, e Etiópia, a Sul, com capital em Addis Abeba.

Dois destinos semelhantes para estas duas grandes nações vizinhas, mas desenvolvimentos posteriores bem diferentes. Com efeito, na Etiópia, a escassez de tudo tornou-se uma realidade, com as tristes imagens de fome e inanição veiculadas pelas televisões de todo o mundo, mas as guerras étnicas foram evitadas, ao contrário do que sucedeu na Somália, que rapidamente se viu mergulhada numa guerra de origem étnica generalizada a todo o país, para além de também se defrontar com carências muito semelhantes às da Etiópia. Aqui já se previa, contudo, desde Janeiro de 1991, que os combates na capital conduziriam, inevitavelmente, o país a uma guerra entre clãs e à separação das antigas colónias britânica e italiana, as quais se haviam unido por ocasião da independência (1961).

No centro de todo este embróglio está, como facilmente se deduz do exposto, algo quase tão antigo quanto a humanidade – as terríveis mas inevitáveis lutas clánicas, aparentemente desaparecidas sempre que, como já acentuámos, surge um ditador capaz de, escorado na forma e afogando o normal sentir dos povos em nome de um nacionalismo de feição ocidental que

tenta unificar o que, na realidade, o tempo demonstrou não ser unificável, senão ficticiamente e por curto período, lutas essas que, os factos o demonstram, acabam ressurgindo um dia. Os homens não são eternos e com o desaparecimento desse elemento unificador desmorona-se o edifício construído, por mais sólido que pareça.

Basta um simples olhar sobre a realidade sócio-política da Eritreia e da Etiópia para se verificar que assim é.

No primeiro caso, a população divide-se principalmente em cristãos e muçulmanos (proporções mais ou menos iguais), que são forçados a coexistir com pelo menos oito outras etnias que falam dialectos tão diferentes quanto o tigrínia, o afar, o árabe, o tigré, o agaw, etc.

No segundo caso, coabitam igualmente muçulmanos e cristãos em proporção idêntica (45% cada), mas também numerosas outras etnias que falam, entre outros, dialectos como o oromo, o tigrínia, o amaharique, o somali, o afar, o gurage, o harari, o agaw, para além das línguas omóticas e nilo-saharianas dos confins quenianos e sudaneses.

A toda esta *diferença*, só por si justificadora de conflitos, há ainda a acrescentar as deficitárias condições em que vive a maioria desta gente (se não toda) – a Etiópia é, não o esqueçamos, uma das mais pobres regiões do mundo, com um rendimento *per capita* e por ano de 110 dólares, um défice estrutural anual mínimo de 400 mil toneladas de cereais e uma baixa contínua do valor das exportações (devido, sobretudo, à queda do preço corrente do café).

Todas as condições pareciam pois, reunidas para a eclosão de uma guerra interétnica generalizada visando dois objectivos possíveis: tentar assegurar o domínio sobre o vizinho, ou mesmo obter a própria independência.

Efectivamente, a FLO – (ou OLF) – Frente de Libertação Oromo – tentou impor uma verdadeira ditadura étnico-religiosa no Hararghe, eliminando por tortura e assassinato outras organizações oromo (sobretudo a União Democrática do Povo Oromo), como é o caso das minorias cristã e amhara (os Amhara pertencem à igreja *twahedo* da Etiópia, sendo portanto cristãos. Os Oromo daqui são, normalmente, muçulmanos, embora muitos tenham sido cristianizados noutras regiões como Shewa, Gojam e Gondar).

Em breve a estrada que liga Addis Abeba a Harar, até então relativamente segura, torna-se bastante perigosa pois a FLO, numa tentativa de isolar a região das intervenções da FDRPE, que ali organizava verdadeiras operações de manutenção da ordem com elementos muito aguerridos mas deslocados para uma zona desconhecida habitada por populações diferentes (o que tem grande significado neste tipo de Culturas), obrigava os camponeses a sabotar pistas,

estradas, linhas telefónicas e eléctricas, para além de os compelir ainda a reabastecer os seus bandos armados os quais, por sua vez, se entregavam a múltiplas exacções.

A situação torna-se particularmente grave ao fim de algum tempo quando a FLO, aliada à FILO (ou IFLO) – Frente Islâmica de Libertação Oromo – e à OTPA (ou AAPO) – Organização de todas as Populações Amhara – resolveram boicotar as eleições de 21 de Junho de 1992, que tiveram de ser adiadas como nas regiões afari e somali, tendo ainda retirado os seus elementos do Governo (4 Ministros) e do Conselho dos Representantes (12).

Tal ruptura entre as duas Frentes que, com a FPLE haviam participado na Conferência de Londres, o que significa que faziam parte dos três grandes vencedores do regime de Mengistu, ameaça com efeito a estabilidade da região e a unidade do país.

Com milhares de armas em circulação – aqui um homem não o será verdadeiramente se não possuir uma arma de fogo e não a souber utilizar – os combates corriam o risco de se estender ao território somali e a «guerra dos clãs» prolongar-se-ia por Ogaden, abarcando todo o Sudeste da Etiópia. Bastaria que a FLO relançasse com sucesso a sua antiga reivindicação de uma Oromia independente, para que o país corresse sérios riscos de balcanização (os Oromo constituem mais de um terço dos 47 milhões de habitantes da nova Etiópia, enquanto a minoria tigré não ultrapassa os 3,5 milhões).

Deste modo, eram enormes os riscos de uma generalização das lutas étnicas na África Oriental e enfrentá-los não parecia então tarefa fácil, com os três chefes de Estado conduzindo políticas diferentes nesse sentido. Assim, na Eritreia, o muito dirigista Presidente Issayas Aféworki que conseguiu uma esmagadora votação favorável à independência do seu território tradicional, nunca aceitou excluir dele Assab e as margens do Mar Vermelho, habitualmente percorridas pelos Afar (estes deslocam-se desde Rahita, na fronteira Norte de Djibouti, até Zula, ao Sul de Massawa, mas na estação seca voltam a subir os altos planaltos da Etiópia até Awash, o que significa que não respeitarão a nova linha divisória dos territórios eritreu e etíope, demonstrando uma vez mais que o conceito ocidental de «fronteira» nada representa para povos habituados a conviver sem qualquer limite territorial, à semelhança dos seus ancestrais). Alterar esta milenária transumância pela simples passagem de uma linha fronteiriça fictícia que só existe no querer político e nos mapas, pode significar a prática de mais um sempre tão criticado etnocídio das Culturas locais, pois ela é necessária à sobrevivência das respectivas populações, cultural e socialmente agrupadas e individualizadas.

Por outro lado, esta região é considerada pelos Antropólogos como sendo, de certo modo, o berço da humanidade, pois foi aqui que, pela primeira vez, foram encontradas as provas da passagem dos *Australopithecus* pela Terra há 3,2/3,5 milhões de anos, com a descoberta de Lucy, o esqueleto que, também pela vez primeira, apresentava características de bipedismo. A «estrela» dos *Australopithecus*, como é conhecida, que se inclui no grupo dos «gráceis» dadas as suas reduzidas dimensões, foi classificada no subgrupo dos *afarensis*, designação que, a partir de então, passou a englobar todos os posteriores achados fósseis da Etiópia, contrapondo-se aos encontrados noutras regiões africanas, os quais se tornaram conhecidos como *africanus*. E embora descobertas mais recentes (1994) tenham demonstrado que os «macacos» bípedes já andavam pelos arredores do lago Turkana, no Quénia, há pelo menos 4,2 milhões de anos – *Australopithecus anamensis*, muito provavelmente os avós de Lucy – isso em nada diminui a importância antropológica da região no enquadramento mundial para um ser como o humano cuja maior preocupação, ao longo dos séculos, sempre foi a de encontrar os seus «elos perdidos» (há mesmo quem afirme ser esta a principal característica que o distingue dos restantes animais superiores), além de provar a antiguidade e consequente solidez das Culturas nelas desenvolvidas.

Não é, por conseguinte, com uma simples linha divisória imaginária e traçada num qualquer papel por alguns responsáveis políticos, que se vai conseguir alterar hábitos tão enraizados quanto os destes povos.

No novo Estado da Etiópia, singrando pela primeira vez uma via democrática, o Presidente Méléns Zénawi tudo fez para manter a ordem e evitar o conflito pelo menos entre as três etnias residentes principais – tigré, oromo e amhara. Aqui, o grande problema residia em saber se seria possível manter a unidade do país através de uma difícil concertação entre aqueles povos e os seus representantes, ou se haveria outra vez alianças de dois contra um pela força.

Na realidade, a minoria tigré, na chefia do Governo Provisório, desempenhava um papel de coordenação geral para o qual não se encontrava preparada (há um século que não tinha acesso ao poder). Pouco apreciada pelas restantes etnias, romperam com a maior organização oromo e mantinham relações difíceis com os Amhara.

A minoria oromo, por seu lado, sentiu-se injustamente excluída de responsabilidades na moderna Etiópia, apesar de fornecer numerosos quadros médios e ser aliada dos Amhara (a sua participação no Governo Provisório foi interrompida, como vimos).

E qual o papel da minoria amhara, que governou o país durante mais de

um século, em todo este embróglio etnopolítico? Pois desempenhava o subtil e importante (face às circunstância) papel de báscula entre as duas anteriores, o que lhe permitiria tornar-se no árbitro da situação se tal fosse necessário. Isto porque, constituindo embora o essencial da *intelligentsia* e da Administração do país – o que os torna insubstituíveis – estavam, no entanto, a pagar a sua fidelidade a Mengistu e a recusa à independência da Eritreia quando ainda detentores do poder. Alguns Amhara pensavam que bastaria esperar que «cáfsse os dentes em Addis Abeba aos Tigré», os quais retornariam então para as suas montanhas, onde poderiam ser tentados a fazer alianças com os Eritreus (pertencem à mesma língua) e combater em conjunto com eles.

Assim, reaparece um novo Estado sucessor do antigo Reino de Axum, a Norte, enquanto renasce a Sul um novo poder dirigido pelos Amhara aliados aos Oromo, em substituição do Reino Shewa e das suas extensões. A Etiópia vê-se, uma vez mais, dividida, facto que não acontecia desde a unificação do imperador Ménelik em 1889, o qual trouxe consigo as conquistas que havia feito para o seu Reino de Shewa.

Entretanto, na República de Djibouti, o Presidente Hassan Gouled Aptidon esforça-se ao máximo para manter a coabitação de outros dois grupos minoritários – os Somali e os Afar – e acaba por aceitar um certo multipartidarismo e uma democratização das instituições (quatro partidos foram legalizados para as eleições legislativas de Dezembro de 1993, apesar da fraca participação dos Afar nos distritos de Tadjourah e de Obock).

Idalina Correia de Melo

BIBLIOGRAFIA

- AKOUN, André – Dicionário de Antropologia, Lisboa, Ed. Verbo, 1983, 610 p.
- BARUA, Pradeep P. – Ethnic Conflict in the Military of Developing Nations: A Comparativ Analysis of India and Nigeria, In «Armed Forces & Society/ /Fall», 1992, pp. 123-137.
- BIROU, A – Dicionário das Ciências Sociais, 3.ª Edição, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1977, 454 p..
- BLASCHKE, Jochen – Ethnicity and Migration Science and Policies Faced with an International Problem. Comunicação apresentada no Intercongress Meeting, «Migration Trends in the 90's: Old Themes, New Issues», of the Research Committee for Sociology Association, Lisbon, April 6-8, 1992.
- CAZENEUVE, Jean – Victoroff, David – Dicionário de Sociologia, Lisboa, Ed. Verbo, 1982, 583 p..
- COHEN, Bruce – Sociologia Geral, S. Paulo, MacGraw-Hill do Brasil, 1980, 186 p..
- CONNOR, Walker – Ethnonationalism, The Quest for Understanding, New Jersey, Princeton University Press, 1994, 234 p..
- CRUZ, Braga da – Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual, Alguns Resultados de Um Inquérito, Nação e Defesa, n.º 49, Janeiro-Março de 1989, pp. 13-32.
- DEFARGES, Philippe Moreau – Europe du Sud-Est, Le Retour des Questions Balkaniques, (Les bouleversements du paysage européen), Paris, Cahiers Français, n.º 257, pp. 33-38.
- Incertitudes européennes et paradoxes de l'État-nation, (Les bouleversements du paysage européen), Idem, pp. 42-46.
- DELANNOI, Gil Taguzefe – Pierre-André (direcção), Théories du Nationalisme, (Nation, Nationalité, Ethnicité), Paris, Éditions Kimé, 1991, 324 p..
- Enciclopédia Visual Temática (Larousse), Lisboa, Beta, Projectos Editoriais, Lda. 1995, 1355 p..
- FAFE, José Fernandes – Reflexões Sobre a «Crise da Identidade Nacional», In Revista «Prelo», n.º 2, Jan-Mar., 1984, pp. 5-10.
- GABANYI, Anelli Ute – Moldova Between Russia, Romania and the Ukraine, In «Aussenpolitik», I, 1993, pp. 98-107.
- GENTELLE, Pierre – Afghanistan: Russes et Asiatiques Dans le Piège, Paris, C.N.R.S., Civilizations Orientales, 1980, pp. 57-85.

- GEORGE, Pierre – Géopolitique des Minorités, Paris, Presses Universitaires de France, 1984, 127 p..
- HUNTINGTON, Samuel P. – The Clash of Civilizations? In «Foreign Affairs», New York, Summer, 1993, pp. 22-49-
- JACOB, Pierre – Guerres Ethniques Dans le Corne de l'Afrique: l'Étiopie Au Bord Du Gouffre, In Défense Nationale, Paris, 1992, pp. 109-120.
- LINARES, M.ª Ángeles Cano – El Complicado Mosaico Yugoslavo, In «Ejército», Madrid, Servicio de Publicaciones del Estado Mayor del Ejército, pp. 16-26.
- LOURENÇO, Eduardo – Crise de Identidade ou Ressaca Imperial?, In Revista «Prelo», n.º 1, Out.-Dez., 1983, pp. 17-22.
- Identidade e Memória. O Caso Português, In Nós e a Europa ou as Duas Razões, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2.ª Edição, 1988, pp. 9-15
- MANDELBAUM, Michael – Coup de Grace: The End of the Soviet Union, In «Foreign Affairs», New York, pp. 165-183.
- MOREIRA, Adriano – Política Ultramarina, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais (Junta de Investigações do Ultramar), Col. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 4.ª Edição, n.º 1, 1961, 359 p..
- A Marcha Para A Unidade Do Mundo: Internacionalismo e Nacionalismo, In Estudos Políticos e Sociais (separata), Lisboa, Vol. VII, n.º 4, 1969, 3-14 p..
- Política Internacional das Minorias e Comunidades, In Idem, Vol. XI, n.ºs 3-4, 1993, pp. 5-24.
- MOREIRA, C. Diogo – A Questão Actual da Etnicidade, In Boletim n.º 17 (separata), Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1990, pp. 5-13, (Comunicação).
- O Fenómeno Étnico e as Relações Interculturais, In Boletim n.º 19 (separata), Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1992.
- Cultura, Especificidade e Universalidade, In Boletim n.º 20 (separata), Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1993.
- Europa e Cultura Europeia, In Boletim n.º 21, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1994.
- MORENTE, Federico Quintero – La Guerra En Yugoslavia, la Desintegración de Un Estado, In «Ejército», Madrid, Servicio de Publicaciones del Estado Mayor del Ejército, 1993, (Enero), pp. 60-66.
- MOUTINHO, Mário – Introdução à Etnologia, Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária, n.º 17, 1980. 154 p..
- NOGUEIRA, Joaquim Fernando – A Política de Defesa Nacional. Lisboa,

- Ministério da Defesa Nacional, 1995, 286 p..
- QUEIROZ, Magalhães – O Carácter Multidisciplinar Da Defesa Nacional e a Articulação Interministerial, In «Nação e Defesa», Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, n.º 71, Julho-Setembro de 1995, pp. 47-78.
 - ROGERS, Rosemarie – The Global Refugee Situation: Challenges In the 1990's an US Responses. Comunicação Apresentada no Intercongress Meeting, «Migration Trends im the 90's: Old Themes, New Issues», of the Research Commitee for Sociology Association, Lisbon, April 6-8, 1992.
 - SMITH, Anthony D. – National Identity, Reno, University of Nevada Press, 1986, 227 p..
 - The Ethnic Origins of Nations, Oxford UK & Cambridge USA, Elackwell, 1991, 312 p.
 - STEWART, Alastair – Migrants, Minorities and Security, in Europe, In «Conflict Studies», London, Research Institute for the Study of Conflict and Terrorism, n.º 252, June, 1992, pp. 1-33.